



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## Recurso Ordinário - Rito Sumaríssimo 1000904-81.2025.5.02.0604

Relator: ADRIANA PRADO LIMA

### Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 16/09/2025

Valor da causa: R\$ 45.540,00

#### Partes:

**RECORRENTE:** -----

ADVOGADO: JULIO CESAR EMILIO CRUZ

**RECORRENTE:** -----

ADVOGADO: IVAN APARECIDO NICOLAEV SILVA

ADVOGADO: DANIELA NICOLAEV SILVA

**RECORRIDO:** -----

ADVOGADO: IVAN APARECIDO NICOLAEV SILVA

ADVOGADO: DANIELA NICOLAEV SILVA

**RECORRIDO:** -----



PAGINA\_CAPA\_PROCESSO\_PJEADVOGADO: JULIO CESAR EMILIO CRUZ  
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROCESSO nº 1000904-81.2025.5.02.0604 (RORSum) EMBARGANTE: EMBARGADO: V.  
ACÓRDÃO DE ID. 940ba42 RELATORA: ADRIANA PRADO LIMA

**RELATÓRIO**

Dispensado o relatório, nos termos do artigo 852-I, "caput", da CLT.

**VOTO**

Tempestivo e subscrito por procurador constituído.

Conheço.

**MÉRITO****Embargos da reclamada****Litigância de má-fé**

A ré alega que foi punida duas vezes pela oposição de embargos declaratórios, eis que foi aplicada multa por embargos protelatórios pela r. sentença e multa por litigância de má-fé pelo v. acórdão. Ainda, aduz que não houve intuito protelatório ou má-fé e que a parte tem direito constitucional à defesa e à decisões fundamentadas.

O v. acórdão validou a aplicação da multa por embargos protelatórios pela r. sentença, a qual não apresentava os supostos vícios alegados pela ré.

ID. 98d0928 - Pág. 1

Em relação à multa por litigância de má-fé ela não teve por fundamentos os embargos declaratórios opostos mas a própria defesa da ré ao questionar conteúdo de e-mail por ela enviado. Ou seja, não há "bis in idem".

O direito à defesa não autoriza a parte a agir com má-fé, estando devidamente fundamentado o v. acórdão.

Nada a sanar.

Assinado eletronicamente por: ADRIANA PRADO LIMA - 18/12/2025 18:35:38 - 98d0928

<https://pje.trt2.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25111011453071800000282191737>

Número do processo: 1000904-81.2025.5.02.0604

Número do documento: 25111011453071800000282191737



Por esses fundamentos, **ACORDAM** os Magistrados da 18ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em **CONHECER** dos embargos da reclamada e **NEGARLHES PROVIMENTO**, nos termos da fundamentação do voto da Relatora.

Votação: unânime.

Presidiu a sessão a Exmo. Desembargador Donizete Vieira da Silva  
(Presidente Regimental)

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Magistrados Adriana Prado  
Lima (Relatora), Renata de Paula Eduardo Beneti e Donizete Vieira da Silva

Presente o I. Representante do Ministério Público do Trabalho.

**ADRIANA PRADO LIMA**  
**Relatora**

raso

ID. 98d0928 - Pág. 2



## VOTOS

Assinado eletronicamente por: ADRIANA PRADO LIMA - 18/12/2025 18:35:38 - 98d0928

<https://pje.trt2.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25111011453071800000282191737>

Número do processo: 1000904-81.2025.5.02.0604

Número do documento: 25111011453071800000282191737



Assinado eletronicamente por: ADRIANA PRADO LIMA - 18/12/2025 18:35:38 - 98d0928

<https://pje.trt2.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25111011453071800000282191737>

Número do processo: 1000904-81.2025.5.02.0604

Número do documento: 25111011453071800000282191737

